

*Charles Lindholm e José Pedro Zúquete, The Struggle for the World. Liberation Movements for the 21th Century*, Stanford (Califórnia), Stanford University Press, 2010, 267 páginas.

Um jovem de *pakul* nas cavernas de Tora Bora, outro de camisa verde nos vales de Pontida, mais um de balaclava preto entre os arranha-céus de Seattle ou no fundo da Selva Lacandona: são estas algumas das personagens que protagonizam, nesta alvorada do século XXI, a batalha para a salvação do mundo e que despertaram o interesse de dois investigadores dos movimentos sociais: o antropólogo norte-americano Charles Lindholm e o politólogo português José Pedro Zúquete.

O pano de fundo é a globalização: processo antigo na sua génese, mas cuja derradeira etapa capitalista neoliberal se mostrou tão célere e vasta que levou alguém a profetizar até o fim da história. Pelo contrário, mesmo a voracidade desta globalização repôs em jogo velhos sonhos de luta e redenção que o fim das ideologias parecia ter relegado para a sucata do século

breve. Esta renascença intelectual e militante estimulou os dois investigadores, principalmente devido à convergência, na crítica e no objectivo comuns de expressões políticas tão diversas por origens. Assim, o intuito do livro, explicitado desde a introdução, foi o de desvendar as “fundamental similarities existing among movements that look very different on the surface” (p. x). Ao longo da obra, os autores permaneceram sempre cientes do perigo de sacrificar, na procura das semelhanças, as diferenças essenciais de cariz ideológico, político, estratégico e tático dos vários movimentos. Tiveram, assim, o cuidado de esclarecer que não é intenção deles abandonar os conceitos de “direita e esquerda”, frisando, contudo, que esta dicotomia clássica, apesar de ainda válida, explica cada vez menos a atitude mental dos movimentos em análise. De facto, a impressão de que seja possível demarcar um “common ethical core and common mental map” (p. 10) entre todos os críticos da globalização neoliberal leva os autores a focar a centralidade do antigo conceito de redenção do mundo, já comum, em diferentes matizes, à Revolução Francesa, à teorização marxista, aos fascismos e a todos os pensamentos palingenésicos. É nesse sentido que, por ansiarem todos uma nova alvorada após as trevas dos tempos presentes, os movimentos estudados são apelidados de “aurora movements”.

Concretamente, o livro apresenta nove casos organizados à volta dos eixos geográfico e cultural e seleccionados pela sincronia da sua génese em reacção ao predomínio unipolar norte-americano e à aceleração da globalização neoliberal. Na América latina, esta resposta é analisada através da insurreição armada zapatista do subcomandante Marcos e das experiências políticas venezuelana de Hugo Chavez e boliviana de Evo Morales. Na Europa, a crítica ao neoliberalismo é examinada na teorização dos intelectuais radicais da *nouvelle droite* e na propaganda dos partidos nacional-populistas. No patamar das contraculturas transnacionais, o enfoque é dado à rede que anima o *World Social Forum*, à filosofia do *slow food* e ao fenómeno das *rave parties*. Finalmente, a ressurgência religiosa é apresentada através do integralismo islâmico da al-Qaeda.

A descrição dos casos respeita as peculiaridades e heterogeneidades de cada um, sublinhando os factores ambientais e teóricos na base da sua génese e desenvolvimento. Contudo, o pendor comparativo privilegia os variados aspectos que, na opinião dos autores, sustentam a tese de uma pertença de todos eles à família comum dos novos resistentes da modernidade. Resulta, assim, um enredo global de características articuladas à volta de dois eixos: a *weltanschauung* e a organização de todos e cada um dos movimentos.

A cosmovisão destes actores é o elemento mais interessante para a perspectiva comparada. Em primeiro lugar, todos eles recusam a inevitabilidade do princípio do “fim da história” e acreditam que uma alternativa ao capitalismo neoliberal seja não só possível, mas até necessária, porque mais justa e humana. Esta alternativa será fruto de um caminho de redenção e libertação

de teor universalista das amarras de uma globalização que está a conduzir a humanidade para o abismo, a catástrofe e a aniquilação da sua rica diversidade cultural, étnica, tradicional. Esta certeza implica a percepção, por parte de todos os movimentos, de viverem num período de transição, caracterizado por um estado de conflito permanente entre o sistema global neoliberal e os seus opositores, convictos da indispensabilidade da sua acção de resistência. Tal convicção firme assenta no mito do “new beginning”, entendido não como regresso a uma fantasmagórica idade de ouro, ou como possibilidade de parar o processo de globalização, mas como capacidade de o harmonizar com as realidades humanas num sentido de justiça, respeito e valorização dos direitos e identidades dos povos. Não se trata, todavia, de anseios reformistas: a resistência contra o capitalismo neoliberal e a recusa do estilo de vida norte-americano não admitem compromissos porque interessam directamente a esfera da confrontação entre o bem e o mal. O carácter transcendente da luta impõe, assim, aos resistentes integrar a comunidade de fiéis com uma entrega e empenhamento total à causa, cujos êxitos potencialmente totalitários não fogem ao reparo dos autores.

Assim como a visão destes militantes foi moldada pelas características da globalização neoliberal, favorecendo certas convergências, também a sua *praxis* política se ajustou às necessidades da modernidade, produzindo em todas as organizações semelhanças assinaláveis. Todas elas, por exemplo, agem a nível local (onde tentam criar espaços libertos da exploração), mas pensam numa perspectiva global, estreitando relações transnacionais, interétnicas e interclassistas. Neste sentido, a utilização da internet e das novas tecnologias é apenas um sinal da estrutura em rede eleita por estes movimentos. Apesar das diferentes perspectivas que eles têm com os conceitos de organização e hierarquia, as suas relações movem-se em dimensões cada vez mais horizontais, igualitárias, descentralizadas, fluidas, adequadas à pertença múltipla e à mobilização fácil dos seus militantes. São estruturas amiúde desprovidas de liderança central, mas que não impedem a existência, em todos os movimentos, de figuras carismáticas que encarnam a essência da luta através do exemplo militante ou intelectual (duas dimensões sempre presentes). Finalmente, com a única excepção do jihadismo, e apesar das diferenças no recurso ou recusa da violência, todos estes movimentos advogam a democracia como instrumento de construção da alternativa à globalização neoliberal. Uma democracia não de cariz representativo (modelo criado e controlado pelas oligarquias exploradoras), mas de cariz directo, ou seja, real, eficaz, garante da soberania popular e da vontade das bases.

Para além da identificação dos traços comuns destes variegados movimentos, o livro, no seu conjunto, apresenta a novidade assinalável de ter quebrado um tabu ao incluir, no exame da resistência à globalização neoliberal, movimentos não procedentes apenas do marxismo ou do progressismo religioso. Ter dado dignidade de análise a correntes políticas e intelectuais enraizadas

no integralismo religioso, no nacionalismo ou na área das direitas inscreve o livro naquela historiografia, ainda demasiado escassa, que não teme a comparação entre os diferentes anticonformismos oriundos do século XX. A audácia da comparação não está, todavia, isenta de perigos. A procura dos elementos comuns a um leque tão vasto de movimentos sociais acaba, inevitavelmente, por sacrificar a profundidade de análise de cada um deles, esbatendo certas características internas que ajudariam a problematizar a tese de fundo do livro, sem com isso necessariamente a negarem.

Pode-se, por exemplo, questionar a oportunidade de considerar os actuais *ravers* resistentes, sendo que esta contracultura há muito perdeu o seu sentido político originário e se tornou um fenómeno comercial plenamente integrado na lógica da globalização neoliberal. Mas o aspecto que levanta mais perplexidades prende-se com a escolha dos autores em tornar central, na sua proposta comparativa, o teor universalista da luta travada pelos movimentos seleccionados. Se não há dúvida de que aqueles de que assentam no monoteísmo religioso e na filosofia marxista propugnam um caminho de redenção para toda a humanidade, o mesmo não se pode dizer dos movimentos inscritos nas trajectórias das direitas ou dos populismos europeus. Estas tradições políticas, quando conscientes de si, são alheias não só ao conceito de universalismo, mas até a qualquer género de visão teleológica da história. Da mesma forma, se é convincente a análise da conversão intelectual da *nouvelle droite* do supremacismo etno-biológico ao diferencialismo cultural não hierárquico, o mesmo não se pode dizer em relação ao suposto solidarismo internacional dos partidos nacional-populistas, alguns dos quais até são radicalizações chauvinistas do ocidentalismo, mais do que resistências à nova ordem mundial.

Os autores precaveram-se dos riscos de certa minuciosidade analítica, afirmando não querer propor um juízo final sobre a consistência, honestidade e credibilidade dos sujeitos analisados. Contudo, uma descrição mais focada das modificações provocadas pela globalização neoliberal nas tradições ideológicas na base dos movimentos de resistência teria permitido uma mais apurada avaliação de certas convergências: ter-se-ia percebido, por exemplo, como militantes formados no materialismo marxista podem empenhar-se hoje na salvaguarda das tradições locais de povos indígenas, amiúde incompatíveis com o igualitarismo democrático, e como intelectuais crescidos no mito imperial da Europa podem anelar uma aliança com o Terceiro Mundo numa frente comum anti-imperialista. Este enfoque evolutivo teria valorizado ainda mais a perspectiva brilhante da obra: não um alinhamento de peões numa tábua de xadrez, mas um enredo de osmose, contaminações e novas sínteses no processo de reelaboração das ideias para o século XXI, em acto não apenas na luta pelo mundo.